UM FEMINISMO AFRO-LATINO-AMERICANO NA ARGENTINA? ANTIRRACISMO E ABOLICIONISMO PENAL NAS MOBILIZAÇÕES FEMINISTAS (1980-2022)

Rafaela Zimkovicz*

Resumo: Este texto apresenta os resultados de pesquisa realizada no AfroCuritiba, projeto de extensão que tensiona a invisibilização das presenças negras locais. Desenvolvida em concomitância com iniciações científicas nos Estudos de Gênero, a investigação foi motivada por um interesse em cartografar quais ativismos foram desenvolvidos em resposta ao racismo da sociedade argentina, interpelando especialmente as reações feministas, em suas limitações e mudanças históricas. Dialogo com referenciais dos feminismos negro e anti-colonial, mobilizando-os para a análise de práticas feministas articuladas de 1980 ao momento. Utilizo como arquivos artigos publicados por ativistas argentinas, como Josefina Fernández, Patricia Gómez e Sandra Hoyos, e brasileiras, com Lélia González. Desse modo, indico uma postura feminista de silenciamento racial nos anos 1980, que acompanha a narrativa normativa de uma Argentina branca, a qual, mediante disputas dos feminismos negros a nível regional, tem se comprometido com lutas transversais pela abolição dos aparatos subjetivos e institucionais de violência racial. *Palavras-chave:* Racismo na Argentina; Narrativas de Embranquecimento; Feminismo Negro; Movimentos Negros na América Latina; Abolicionismo Penal.

Resumen: Este texto presenta los resultados de una investigación realizada en AfroCuritiba, un proyecto de extensión que enfatiza la invisibilización de las presencias negras locales. Desarrollada concomitantemente con iniciaciones científicas en Estudios de Género, la investigación fue motivada por el interés en mapear qué activismos se han desarrollado en respuesta al racismo en la sociedad argentina, cuestionando especialmente las reacciones feministas, en sus limitaciones y cambios históricos. Para ello, dialogo con referentes de los feminismos negro y anticolonial, movilizándolos para analizar las prácticas feministas articuladas desde 1980 hasta la actualidad. Utilizo como archivos artículos publicados por activistas argentinas como Josefina Fernández, Patricia Gómez y Sandra Hoyos, y brasileñas como Lélia González. De este modo, señalo una postura feminista de silenciamiento racial en la década de 1980, que acompaña la narrativa normativa de una Argentina blanca la cual, a través de disputas entre feminismos negros a nivel regional, se ha comprometido con luchas transversales por la abolición de los aparatos subjetivos e institucionales de violencia racial. *Palabras clave:* Racismo en Argentina; Narrativas del Blanqueamiento; Feminismo Negro; Movimientos Negros en América Latina; Abolicionismo Penal

* Mestranda e graduada em História pela Universidade Federal do Paraná. Realiza pesquisas na área de Estudos de Gênero, com interesse pelas produções teórico-políticas dos movimentos feministas, *queer/cuir* e sexo-dissidentes na América Latina. Email para contato: rzimk@hotmail.com.

Um feminismo afro-latino-americano na Argentina?

INTRODUÇÃO

Quando pensamos na formação histórica do Brasil, dois processos centrais vêm à mente - a colonização, iniciada por Portugal nos anos 1500, e a escravização africana, praticada até 1888. A temática do racismo se faz presente, portanto, como um ponto contínuo, ainda que os discursos sociais que falam sobre ela tenham se transformado. Hoje, com a difusão, a partir dos movimentos negros, de obras de intelectuais como a historiadora Beatriz Nascimento, a militante e pensadora Lélia González e a filósofa Djamila Ribeiro, reconhecemos a importância de encarar o racismo como um ente socialmente difundido, estruturante dos comportamentos de pessoas brancas, limitador da autoestima e das possibilidades de vida de pessoas negras, e das políticas e violências exercidas pelas instituições - como as escolas, o sistema de saúde, as empresas privadas e o sistema judiciário (Bento, 2002: 13-14).

Se olharmos para os países vizinhos ao Brasil, no entanto, muitas dessas relações não parecem mais tão óbvias. Cidades como Buenos Aires, capital da Argentina; Santiago, no Chile; e Montevideo, a capital do Uruguai, são muitas vezes apresentadas na mídia a partir de sua arquitetura e vida urbana de perfil europeizado (Destinos, 2016). Quando a herança colonial da região é colocada como tópico, o que se rememora são as populações indígenas remanescentes (Frigerio; Lamborghini, 2009). A escravidão e as vivências negras geradas pela diáspora são jogadas para a arena de um problema quase que exclusivamente brasileiro, o que o conservador Carlos Menem, presidente da Argentina entre 1989 e 1999, escancarou ao afirmar, em 1996, que “na Argentina não existem negros, isso é problema do Brasil” (Paixão, 2020). Em 2021, Alberto Fernández, presidente argentino apoiado por grupos de esquerda, ganhou as páginas de diversos jornais ao afirmar, orgulhoso, que “nós, os argentinos, viemos de barcos” (Colombo, 2021). O contentamento vinha da oposição às outras trajetórias criadas pelas narrativas coloniais - contrastivamente, os mexicanos teriam “vindo dos índios”, e as pessoas do Brasil, “saído da selva”, rotas nitidamente inferiores para o ponto de vista de progressão civilizacional adotado pelo político.

Essa identidade eurocentrada predomina também na cidade de Curitiba e tem sido confrontada pelo projeto de extensão AfroCuritiba, criado em 2018 no âmbito do

Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e atualmente vinculado ao Percurso Paraná Negro¹.

Particpei dele nos anos de 2021 e 2022, período em que realizei também pesquisas de iniciação científica relacionadas aos movimentos feministas das décadas de 1980 e 1990 da Argentina². Estar em contato com essas duas frentes de análise, bem como em diálogo com a equipe do projeto, fomentou a percepção de que tanto na Argentina como na cidade de Curitiba, predominam discursos e construções de identidade que negam a presença e a importância de pessoas negras.

Assim, esta produção foi motivada por um interesse em cartografar quais formas de ativismo foram desenvolvidas em resposta ao racismo da sociedade argentina, investigando especialmente as respostas feministas a essas violências, em suas limitações e mudanças históricas³. Para isso, dialogo com referenciais dos feminismos negro, anti-colonial e do abolicionista penal, mobilizando-os como lente para a análise de práticas feministas mobilizadas de 1980 até o momento.

PARTE I - UM RACISMO DE SILÊNCIOS?

De acordo com o Censo Demográfico argentino do ano de 2010, 956 mil pessoas do total de 40,8 milhões que vivem no país são de origem indígena, pertencentes a 31 etnias originárias e que correspondem a cerca de 2,4% da população (Censo, 2010). Para a população afrodescendente, temos um quadro de versões estatísticas díspares. As organizações culturais e ativistas estimam a cifra de 2 milhões de pessoas (El origen, 2018). Já o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC) informa o número de 149,5 mil habitantes, o equivalente a 0,4% do total. A razão dessa incongruência reside, possivelmente, nas metodologias aplicadas - os movimentos sociais consideram a

¹ O projeto é coordenado pela Prof^a. Dr^a. Joseli Mendonça e tem como principal atividade a promoção de percursos mediados pelo centro de Curitiba, demarcando pontos principais das trajetórias das populações negras paranaenses, como instituições de letramento escolar e sedes de associações mutualistas e culturais dos grupos. Para saber mais, é possível acompanhá-lo nas redes sociais: <https://afrocuritiba.ufpr.br/> e <https://www.instagram.com/afrocuritiba/>.

² São elas: “Autonomizar e pluriversalizar corpos: formulações feministas e *queer* entre a Argentina e o Chile para uma subversão do presente (2005-)” (PIBIC 2022) e “Em defesa de uma autonomia feminista corporificada: a constituição da *Comisión por el Derecho al Aborto* e de seu projeto de lutas por legalização a partir do boletim *Nuevos Aportes* (Argentina, 1988-2008)” (PIBIC 2021), orientadas pela Prof^a. Dr^a. Priscila Piazentini Vieira (DEHIS-UFPR).

³ A pesquisa também teve como produto um vídeo de divulgação, disponibilizado no canal do projeto. Ver: Um feminismo afro-latino-americano na Argentina? 2022. Disponível em: https://youtu.be/-k_MSngU2Cg?si=J4iFDKJM2FuhY8my. Acesso em: 12 jan. 2024.

Um feminismo afro-latino-americano na Argentina?

presença africana levada ao território pelo tráfico e escravização, enquanto que o Censo emprega o critério de autoidentificação.

Nesse caso, a autoidentificação é problemática porque ela acarreta uma sub-representação, pois as pessoas negras tendem a não se identificarem como tal para se protegerem do racismo, ou seja, ocorre a recusa de se inserir em um lugar social específico, coletivamente classificado como negativo. Conforme explicam os pesquisadores Alejandro Frigerio e Eva Lamborghini (2009), a formatação do racismo no país é a de um racismo pelo silêncio, que considera que houve um branqueamento após a colonização muitas vezes visto como um êxito alcançado. Esses autores consideram que a tendência de qualificar as pessoas como não negras acaba por tornar invisíveis os traços fenotípicos individuais e, portanto, sociais. Assim, apenas as características físicas mais evidentes - como a pele retinta - seriam mobilizadas para identificar as pessoas negras, ficando todas as demais não brancas fora dessa categoria racial. A classificação racial, então, opera condicionada pelo racismo. O racismo fica evidente também quando olhamos para os dados referentes à imigração. Haiti, Bolívia, Colômbia, Senegal e Peru ocupam as posições mais altas dos rankings que avaliam a frequência de casos de injúria racial praticados contra pessoas emigradas desses locais, enquanto Espanha, Itália e Uruguai ocupam, por certo, parcela minoritária dos registros (Visiones, 2021).

O racismo está inscrito no próprio texto constitucional argentino instituído ainda em meados do século XIX e inalterado, no âmbito racial, mesmo com as reformas da década de 1940 (Arduino; Gómez, 2021: 10). O Art. 25 da Constituição. I estabelece que o “Governo Federal deverá fomentar a imigração europeia”. Se retomamos novamente as experiências brasileiras, vemos que, no país vizinho, não houve uma etapa completamente equivalente ao “mito da democracia racial”. O racismo apaziguador e cordial deste, baseado em uma exaltação superficial e não crítica da miscigenação, assumiu na Argentina a forma de uma supressão da negritude, das vidas indígenas e, inclusive, das manifestações de interracialidade, caso da violência contra as etnias andinas e pardas (Arduino; Gómez, 2021: 9-11; Frigerio; Lamborghini, 2009: 156-159).

Esses aspectos ajudam a entender as ações de militância e as relações sociais que serão apresentadas aqui. Falar em questão racial ou em “desigualdades raciais” não quer dizer abordar as interações entre indivíduos etnicamente ou fisiologicamente distintos. O conceito de raça, conforme defendem as pensadoras Sueli Carneiro (2005) e

Rita Segato (2021), não designa um marcador biológico, mas um campo de domínio constituído a partir da escravização atlântica, do colonialismo e do imperialismo.

Em paralelo com as noções disseminadas acerca da identificação dos gêneros e das sexualidades, o princípio de raça congrega uma série de saberes, de técnicas, de disciplinas e de introjção de discursos que formam, simultaneamente, a diferenciação em branquitude e negritude. Estes dois valores são compostos por condutas, continuamente avaliadas, esquadrihadas, em termos de uma régua de “normalidade”, cujo referencial base é, justamente, o “ser branco” (Carneiro, 2005: 33-34). O histórico de mobilizações negras na Argentina pode ser, assim, entendido com base em dois propósitos de atuação - a afirmação pública das identidades negras e sua positivação frente aos controles impostos. Na década de 1970, isso se articula com a fundação de associações e casas culturais nas principais cidades, caso do *Shimmy Club*, dedicado ao candombe, dança ritualística de procedência africana (Frigerio; Lamborghini, 2009: 163).

Passada a ditadura, os anos 1990 trazem novas dinâmicas. A organização em âmbito continental de movimentos negros e quilombolas favorece a criação das “Primeiras Jornadas de Cultura negra”, organizadas pela Casa da Cultura Indo-Afro-Americana, a assinatura da Declaração de Santa Fé (1991), que pressionava os poderes públicos a reconhecerem a população afrodescendente e se comprometerem com o antirracismo, e a fundação de coletivos e ONG’s, como *África Vive*, *SOS Racismo* e filiais da *Rede Continental de Organizações Afro*, encabeçada por afrouruguaiois (Frigerio; Lamborghini, 2009: 164-165). Foram protagonistas do estabelecimento desses novos círculos Lucía Molina, radialista, poeta, militante “reivindicadora do passado africano” e de família ativa no Carnaval Negro da província de Santa Fé; Miriam Gómez, liderança entre a comunidade caboverdiana emigrada; Enrique Nadal, interlocutor político das demandas por inclusão dos perfis sociorraciais nos Censos e pela ampliação dos trabalhos do Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo; e Angel Acosta, irmão de José Acosta Martínez, assassinado pela polícia em 1996, em um crime que levou à responsabilização do Estado argentino por racismo junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Frigerio; Lamborghini, 2009: 173-178).

Entre os movimentos feministas do período, havia um engajamento semelhante no que tange ao fôlego de denúncias de violência e da disputa por espaços públicos. No entanto, durante boa parte dos anos 1980 e 1990, momento em que Lucía Molina e Miriam Gómez já estavam em plena atividade, prevalece um estranhamento completo - ao

Um feminismo afro-latino-americano na Argentina?

menos até o limite dos periódicos consultados, como *Brujas*, *Feminaria* e *Fem Press*, os veículos de imprensa feminista com circulação mais ampla da época - das violências e dominações raciais. Em *Alfonsina*, revista contracultural publicada em 1983 e 1984, nos meses da reabertura democrática pós-ditadura, a percepção indignada de casos de prisão arbitrária ou assassinatos a queima roupa pelas forças policiais é constante. Todavia, as editoras - em geral, jornalistas e profissionais liberais da cidade de Buenos Aires - priorizam dois alvos dos abusos gerados - operários e prostitutas.

“Nunca se esqueça do que diz o General, da casa para o trabalho, do trabalho para a casa”, ironizam as colunistas ao tratar de censuras a roupas ou à presença de mulheres nas ruas pela noite (Grossman, 1983: 14). O tom empregado direciona uma certa denúncia do terrorismo de Estado ditatorial, marcado, entre os grupos feministas, como um trauma excepcional, dada a atuação de muitas de suas integrantes nas guerrilhas e ligas de resistência das décadas anteriores, desconsiderando a contundência dos terrorismos raciais⁴ dos períodos colonial e de colonialidade do país (Segato, 2021: 270).

Ainda assim, nesses mesmos anos o racismo argentino - pela criminalização cultural e pela marginalização econômica - eram já pontos de atenção de Lélia González. Em ensaios escritos na década de 1980, a antropóloga reclama tanto do sentido negativo atribuído à palavra “quilombo”, em geral, enquanto sinônimo para bagunças, desarranjos, quanto tematiza a política ininterrupta de branqueamento lá implementada, na comparação com o Brasil da Primeira República, de Getúlio Vargas e das narrativas de passividade histórica que daí se estendem:

O termo “quilombo” provém do quimbundo, língua banto falada em Angola. A tradução exata seria capital, povoação, união”. Mas a “tradução” brasileira oficial é: “valhacouto de escravos fugidos”. Interessante observar que, no castelhano falado na Argentina, o mesmo termo significa “bagunça, confusão, bordel” (González, 2020 [1980]: 55).

Os Encontros Feministas da América Latina e do Caribe (EFLAC), instância internacional de diálogo instituída em 1981 por intermédio da ONU e uma das esferas pelas quais circulava a pensadora brasileira, colocou em foco a “questão racial das

⁴ As perseguições de rua contra operários, gays e prostitutas denunciadas pelos periódicos feministas estiveram relacionadas à vigência dos Éditos Policiais, jurisdições de vigência provincial responsáveis por determinar a amplitude do poder de intervenção das forças policiais em cada local. Não obstante, para além disso, como levantado pelos movimentos negros argentinos, os Éditos exerceram (e, a depender da província, ainda exercem) fundamental papel legitimador da brutalidade policial por perfilamento racial (cf. Gómez, 2021).

Américas” (González, 2020: 135-136). Com isso, foi criado, em 1983, o Comitê de Mulheres Latino-Americanas e Caribenhas contra a Discriminação Racial (González, 2020: 65). Se olharmos para as atas de encontros posteriores ou voltamos às revistas, verificamos, entretanto, uma persistência do silêncio racial nas agremiações argentinas. A pauta da exploração sexual e de uma erotização esvaziadora, levantada em encontros regionais já em 1985 em relação às vivências das mulheres negras do sub-continente (González, 2020: 309), é pouco enfocada, perdendo espaço para problematizações orientadas pela generalização das trajetórias históricas brancas de delimitação da sexualidade mediante práticas de docilização doméstica:

De acordo com as suas necessidades, o patriarcado estabeleceu modelos de feminilidade e masculinidade e uma distribuição sexual dos papéis familiares e profissionais. Assim, descobriu-se que existem empregos, competências e sentimentos femininos e empregos, competências e sentimentos masculinos. Os elementos masculinos foram considerados superiores e este sexo tornou-se o sexo forte e dominante; Os elementos femininos foram desprezados e esse sexo tornou-se o sexo mais fraco e dominado. As diferenças baseavam-se nas características biológicas de dependência, docilidade, passividade, vulnerabilidade [...] A distribuição sexual dos papéis familiares e profissionais foi harmonizada com a divisão da sociedade em duas esferas de ação; o mundo público e o mundo privado; a primeira correspondente ao sexo forte e a segunda reservada ao sexo mais fraco (Santander, 1985: 6).

Nos boletins culturais, os recortes de mobilização apoiam-se de maneira unilateral na sensibilidade às desigualdades de classe. São elas, inclusive, o fator mais frequentemente acionado nas agendas de defesa da legalização do aborto. Desde o início da década de 1980, evitar a morte de mulheres pobres será argumento central dos coletivos feministas. Uma tematização efetivamente racial no feminismo entra em cena anos mais tarde, a partir de meados da década de 1990. Os EFLAC's, ignorados até então em sua proposição de uma discussão racial, passam a influenciar algumas das interpelações do tema - entre elas, a de apoio ao aborto legal em virtude da aprovação do Dia Internacional pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos e pela Despenalização do Aborto, em alusão à data de aprovação da Lei do Ventre Livre no Brasil, o dia 28 de setembro (V Encuentro, 1991).

A Comissão pelo Direito ao Aborto (*Comisión por el Derecho al Aborto* - CDA), núcleo fundado em 1988 pela reunião de médicas, advogadas, artistas e jornalistas do país, foi presença constante nos EFLAC's, mesmo que, por vezes, apontando controvérsias. Autofinanciada e comprometida com uma discussão ética e política sobre o acesso a abortos seguros, a Comissão compõe o campo dos chamados feminismos

Um feminismo afro-latino-americano na Argentina?

autonomistas, que contempla grupos que recusaram o formato institucional das ONG's, e a participação em cúpulas de governo, por exemplo (Bellucci, 2014). Em meio a esse projeto mobilizatório, as argumentações em torno do aborto propiciaram o aprofundamento de algumas das conflagrações e violências raciais em voga. Josefina Fernandez, socióloga ativa na comissão e no coletivo *queer Ají de Pollo*, defendia um feminismo aberto a múltiplos sujeitos e, por sua vez, uma aceitação do aborto enquanto abertura a contestações radicais dos processos de sujeição contemporâneos (Fernández, 2004). Para sustentar suas posições, ela reconhecia as problematizações levantadas por feministas negras nos Estados Unidos.

Em tempos de investigações regionais para a apuração de campanhas de esterilização massiva de mulheres negras e indígenas, como aquelas realizadas no Brasil e no México nos anos 1990, respectivamente, ela lembrava, ancorando-se no pensamento feminista negro, a utilidade nula de se defender o aborto como direito a ser assegurado a um sujeito vulnerável “mulher” ou simplesmente como acréscimo ao modelo liberal de cidadania. Afinal, a prerrogativa do aborto vinha sendo utilizada contra as mulheres negras em seu potencial exercício da maternidade em países como os EUA e a Guiana, forjados pela racialização moderna (Fernández, 2004: 14-15). Em relação às mulheres racializadas, nem a vida nem o reconhecimento de capacidades corpóreas eram direitos sólidos, expondo as vulnerabilidades e controles externos impostos pela racialização:

No entanto, a pergunta que também gostaria de fazer aqui é: de quem é esta política? Que identidades faz aparecer e quais esconde? Cidadãos livres para decidir suas vidas, tanto na Guiana como nos Estados Unidos, tornam-se clientes das administrações públicas e das decisões daqueles que administram seus serviços, sejam eles no nível político ou gerencial ou prestadores de serviços mais diretos. As suposições sobre identidades não são menos abstratas e exclusivas aqui. As “necessidades” da população a ser atendida são filtradas até que as experiências que articulam atributos como sexo, escolha sexual, classe, raça e as diferentes características sociodemográficas das pessoas sejam convertidas em um “grupo-alvo”. Como diz Nancy Fraser, as necessidades das mulheres são na verdade uma interpretação que a administração faz delas e isso nada mais é do que uma forma de normativizá-las. Um caso extremo dessa situação são as políticas de controle demográfico, também analisadas no livro. Penso que chegados a este ponto e não querendo dar impressões erradas, vale esclarecer que a luta nestes territórios, seja a do direito ou a da saúde pública, não deve ser abandonada, mesmo quando não permite espaço para identidades mais fluidas e plurais construídas através de experiências e situações que não devemos reprimir (Fernández, 2004: 14).

O diagnóstico de desigualdades e a abertura denunciativa evocam mensagens dúbias - sugerem um deslocamento do olhar estreito de branquitude dos feminismos

argentinos anteriores, sem que haja, ainda, uma conexão efetiva com militantes feministas negras de modo a dispor suas avaliações e demandas transversais em primeiro plano.

PARTE II - UM MUNDO DE RENOVAÇÕES: FEMINISMO ANTIRRACISTA E ABOLICIONISMO PENAL

A partir de meados dos anos 2000, esses diálogos transnacionais e interseccionais se aprofundam: o compromisso antirracista ecoa de redes autonomistas internas, como a *Red Feministas Inconvenientes*, fundada na região de Río Ceballos em 2007, composta por coletivos de Neuquen, Córdoba e por organizações como a *Asociación de Lucha por la Identidad Travesti y Transexual* (ALITT), e que se comprometia a um feminismo “desobediente e mestiço”, recusando as padronizações de uma Argentina uníssona, dita cis heterossexual e branca (La Revuelta, 2007). A oposição à violência policial e às apropriações territoriais, pautas das inconvenientes, ganha projeção, ainda, em atas internacionais divulgadas até 2010. Nesse momento, intervenções militares apoiadas pelos EUA sobre a Colômbia, o Haiti e o Chile motivaram mobilizações anti-imperialistas, caso da convocatória “Feministas en Resistencia”. Reclamando um basta a todos os tipos de expropriação, denunciam, ao mesmo tempo em que recusam, abertamente as “disciplinas, conquistas, despojos de identidade e memórias de genocídios” colocados sobre os corpos racializados (Documento, 2010).

Concomitantemente, foram sendo costuradas alianças a nível continental com os círculos de feminismo negro e decolonial. *Baruyera*, um coletivo lésbico-feminista que funcionou em Buenos Aires entre 2007 e 2009, empenhou-se na divulgação do “Manifesto Lésbico Feminista Anti Capitalista”, assinado por associações argentinas, brasileiras e chilenas, como Fuxico de Terreiro e a Rede Nacional de Saúde das Lésbicas Negras. Aproveitando a célebre comemoração dos 60 anos da Declaração Universal de Direitos, criticavam conjuntamente o sexismo, o classismo, a lesbofobia e o racismo de seus signatários, destacando as limitações das agendas de direitos, voltadas a uma norma branca, burguesa e heterossexual (Baruyera, 2008: 20). A revista do grupo, habituada a pôr em circulação os questionamentos trazidos por Judith Butler, Monique Wittig e Paul B. Preciado acerca das condutas de corpo, gênero e sexualidade, consolidou seu ensejo de fazer-se “metamorfose ambulante” e colocou em rota, igualmente, as provocações do *Grupo Latinoamericano Formacción y Acción Feminista* (GLEFAS), instituído em meados

Um feminismo afro-latino-americano na Argentina?

de 2007 por Yuderkis Espiñosa Minoso, afrodominicana, e Ochy Curiel, afrocolombiana (Baruyera, 2008: 20). É Espinosa-Miñoso quem incita, em seus Escritos de uma lésbica negra, lançado em 2008 e promocionado no boletim argentino, uma desestabilização de todas as vestes de identidade produzidas pelos sistemas de dominação da modernidade. Que sejam derrubados os senhores, mas que caiam junto a eles os assenhorados, limitados pelas hierarquizações negativamente antagônicas de masculino/feminino, branco/negro, hetero/homo, propõe ela (Espinosa-Miñoso, 2008: 29-31).

Suas provocações assinalam um horizonte de simultâneo afronte aos lugares concessivos e silenciados prevalentes nas retóricas feministas dos anos 1990. A Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito (CNDA), em ação desde 2005, se soma a essa rota de mudança. Fruto dos diálogos multilaterais desenrolados em dezenas de edições dos Encontros Nacionais de Mulheres - anualmente realizados desde 1986 -, ela foi concebida com um formato coligador e horizontal (Bellucci, 2015). Isto é, suas estratégias e frentes administrativas foram geridas por conjuntos de integrantes de outras organizações já existentes, que iam desde sindicatos tradicionais, como a Central de Trabalhadores Argentinos (CTA), à multiplicidade de coletivos autônomos. Entre eles, destacam-se os grupos *Colectivo Antirracista Identidad Marrón* e a *Comissão de Género "8 de Noviembre"* (Identidad Marron, 2020).

Esta última é parte do coletivo de mobilização formado no contexto de lutas pela aprovação da Lei nº 26.852, semelhante à brasileira L. nº 10.639. Finalmente sancionada em 2013, ela estabeleceu a data de 08 de novembro como o "Dia Nacional das/os Afroargentinas/os e da Cultura Afro" (Gobierno nacional, 2013). Notamos, então, que a agregação crescente de espaços de militância negra e de partilha cultural atuaram como rompantes de provocação à sistemática do racismo e suas vias de pagamentos históricos deliberados e embranquecedores. As ações do primeiro grupo, centrado sobretudo na afirmação de direitos indígenas e de imigrantes andinos (Latfem, 2021), complexificam alguns desses deslocamentos. A articuladora Sandra Hoyos levou importantes pronunciamentos acerca das demandas por aborto a portais midiáticos. Ela problematiza que, "Quando dizem que querem falar pelas mulheres que não estão, por aquelas que morreram mortes clandestinas, feministas e representantes institucionais apelam a uma imagem da pobreza e da vulnerabilidade. Quais seriam os corpos e as vozes dessa vulnerabilidade?" (Hoyos 2020) Justamente, os pretos, pardos e indígenas, colocados nessa posição não por um acaso de precariedade, mas pelos esquemas históricos de

colonização. Desse modo, ela conclama uma inversão enunciativa - que elas passem a encabeçar os ímpetus por decisão e autonomia, e não que sejam seu substrato de reivindicação externa.

Sua percepção crítica em torno de distintos modos de criminalização racial - materializados na prisão e tortura de ativistas, trabalhadoras sexuais e de rua; bem como na de mulheres acusadas por hospitais da prática de abortos clandestinos - foi uma pauta impulsionadora da criação de um grupo de trabalho próprio das “identidades pardas” no 35° *Encuentro Plurinacional de Mujeres, Lesbianas, Trans, Travestis, Intersexuales, Bisexuales y No Binaries*, realizado em 2022 (Hoyos; Alfaro, 2022). O fluxo de interação plural de pautas que vemos no Encontro é sintomático de um quadro potente de lutas transformativas compromissadas com um esquadramento e uma responsabilização dos ordenamentos jurídicos para a rarefação da vida sob parâmetros únicos de gênero, sexualidade e raça. Nele, insere-se também *Yo No Fui*, coletivo transfeminista de luta anti-carcerária fundado em 2002.

Seu projeto abarca desde reivindicações pela garantia de condições mínimas de salubridade, educação e sustento econômico no espaço dos presídios, à denúncia internacional das torturas policiais e a protestos em favor da abolição do punitivismo (Reinoso, 2022). Essas ênfases demarcam uma capilarização latino-americana do abolicionismo penal, movimento intelectual e político discutido já no século XIX por anarquistas contrários ao militarismo e à função reacionária e classista das forças policiais, e pulverizado no século XX com a criminologia crítica nórdica de Loic Wacquant e Louk Hulsman; as lutas antiprisionais francesas do *Groupe d'Information sur les Prisons* (1971); e, centralmente, o abolicionismo carcerário negro dos Panteras Negras nas décadas de 1960 e 1970 (Heiner, 2007).

A filósofa afrofrancesa Elsa Dorlin (2020: 20-21), pesquisadora dos registros coloniais punitivos da escravidão atlântica, analisa que o controle e a supressão formal de ferramentas de autodefesa e de afirmação de si foram mecanismos constitutivos da ordem de legitimidade que, mesmo no presente, se atribui aos diferentes sujeitos pelo dispositivo de raça. Rita Segato (2021: 316), olhando para a estruturação da colonialidade que se arrasta no tempo, argumenta que “Se é da ordem racial que emana a ordem carcerária, esta última realimenta, recria e reproduz aquela”. Patricia Gómez (2021: 5-9), pesquisadora, advogada e liderança local do movimento negro (*Sociedade Socorros Mutuos Union Caboverdeana* e a área de gênero da *Comissão “8 de Noviembre”*), reitera

Um feminismo afro-latino-americano na Argentina?

essas conexões ao indicar a prevalência de uma demografia parda e afroargentina no sistema carcerário, reforçando a importância dos olhares críticos à Justiça e dos programas de ressocialização no prefácio da versão argentina de *Encarceramento em Massa: gênero, raça, classe e guerra contra as drogas*, escrito pela ativista brasileira Juliana Borges (2019) e traduzido com intermédio da associação abolicionista Amparar.

O ensejo de ações contestatórias diretas manifestadas nessa aliança transbordam ao longo de manifestos como “Fazer morrer, fazer viver”, lançado pelo selo editorial autônomo de *Yo No Fui*. Aqui, as capturas dos conceitos de biopolítica - formulado por Michel Foucault em referência às designações de “vidas vivíveis” por meio de tecnologias de saúde, educação e guerra nos séculos XIX e XX - e de necropolítica - proposto pelo camaronês Achille Mbembe em relação aos regimes deliberados de morte social racializada na contemporaneidade - são proeminentes. “O poder punitivo se materializa em tecnologias de castigo, ordenadoras dos corpos e das vitalidades; ao mesmo tempo que te faz viver, te faz morrer” (Lobo et al., 2020: 14), diagnosticam as integrantes, direcionando uma subversão renovativa: fazer viver depois da morte social mediante a criação de justiças alternativas. Prezar por uma dignificação de sujeitos historicamente inviabilizados e pela validação de suas vontades seriam dois dos pilares das iniciativas. Nesses termos, ganha projeção a participação pública de *Yo No Fui* nas ocupações de rua da Campanha Nacional pelo Aborto. “Com lei ou sem lei, vamos abortar” (Yonofuiorg, 2019), dizia o slogan espalhado em grafites e cartazes. A possibilidade de agir sobre si desloca, nesse âmbito, os limites da não defesa, em uma apropriação de controle corporal. O valor da autonomia costura transformações de vivências corporais dos regimes de gênero e raça mediante o fôlego de desnaturalização dos poderes institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filósofa e ativista afroamericana Angela Davis, presa na década de 1970 acusada de “subversão política” ao participar do Partido Comunista dos EUA e do grupo armado Panteras Negras, é um dos expoentes do abolicionismo penal. Estudando a desigualdade das estatísticas de encarceramento entre os diferentes grupos étnico-raciais dos Estados Unidos e as violências geradas pelo sistema prisional, ela passou a defender a ideia de uma “democracia da abolição” (Davis, 2009). Com essa expressão, ela nos diz que precisamos questionar a estabilidade absoluta com que pensamos a legitimidade de nossas democracias. Ter instituições funcionando e um direito universal de voto significa

a garantia de uma igualdade ou plenitude democrática? Com as situações de violência cotidianamente observadas sabemos, por óbvio, que não. Assim, é preciso que questionemos inclusive as instituições regulares da ordem democrática, percebendo suas conexões com a manutenção de relações subalternizantes do longo pós-abolição. Para Davis, a abolição do sistema escravista e de suas explorações só seria completa com uma abolição também das prisões e de sua mantenedora, a polícia.

Repensar os limites da democracia é também o que fazem os coletivos feministas, de abolicionismo penal e de ativismos negros e indígenas de que tratei. Propondo formas de autogestão, a derrubada de leis de criminalização - como a do aborto e a Lei de Drogas -, o reconhecimento de culturas, saberes e territórios e a interrupção de instituições racistas, esses movimentos fraturam, enfraquecem as bases coloniais dos Estados latino-americanos. Vemos a renovação de fazeres políticos e das ordens raciais e de gênero articuladas como parâmetros dos quadros de “normalidade histórica”. Dessa forma, são abertas possibilidades para a consolidação de outras possibilidades de ser como sujeito social, não restritas aos poderes binários e à tradição jurídica branca e humanista consolidada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDUINO, Ileana; GÓMEZ, Patricia. Presentación. In: BORGES, Juliana. *Encarcelaciones masivas: género, raza, clase y guerra contra las drogas*. Buenos Aires: Madreselva, 2021.

BELLUCCI, Mabel. *Historia de una desobediencia. Aborto y feminismo*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. 185 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BORGES, Juliana. *Encarceramento em Massa: gênero, raça, classe e guerra contra as drogas*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

BORGES, Juliana. *Encarcelaciones masivas: género, raza, clase y guerra contra las drogas*. Trad. Ileana Arduino, Patricia Gómez. Buenos Aires: Madreselva, 2021.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado em Educação, na área de Filosofia da Educação, São Paulo: FEUSP, 2005.

CENSO 2010. Pueblos Originarios. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-2-21-99>. Acesso em: 12 jan. 2024.

COLOMBO, Sylvia. Fernández diz que brasileiros vieram da selva e argentinos chegaram de barco da Europa. *Folha de S. Paulo*, jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/06/fernandez-diz-que-brasileiros-vieram-da-selva-e-argentinos-chegaram-de-barcos-da-europa.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2024.

DAVIS, Angela. *A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura*. Trad. Artur Neves Teixeira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

DESTINOS na América do Sul que parecem a Europa. *Catraca Livre*, 13 out. 2016. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/viagem-livre/destinos-na-america-do-sul-que-parecem-europa/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

DOCUMENTO DE LAS AGRUPACIONES CONVOCANTES A LA MESA DE FEMINISTAS LATINOAMERICANAS EN RESISTENCIA. *Las histórikas, las mufas y las otras*, 12 out. 2010. Disponível em: <https://histeriqasmufasyotras.blogspot.com/search?q=feministas+en+resistencia>. Acesso em: 12 jan. 2024.

DORLIN, Elsa. *Autodefesa: uma filosofia da violência*. São Paulo: Ubu, Crocodilo, 2020.

El origen afro de la Argentina. Ministério de Cultura Argentina, 18 jul. 2018. Disponível em: https://www.cultura.gob.ar/el-origen-africano-de-la-argentina_6165/#:~:text=Las%20organizaciones%20que%20nuclear%20a. Acesso em: 12 jan. 2024.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkis. *Escritos de una lesbiana oscura: reflexiones críticas sobre feminismo y política de identidad en América Latina*. Buenos Aires-Lima: en la frontera, 2007.

FERNÁNDEZ, Josefina. Aborto e identidades: un problema feminista. *Nuevos Aportes sobre el Aborto*, Buenos Aires, v. 14, 2004.

FRIGERIO, Alejandro; LAMBORGHINI, Eva. Criando um movimento negro em um país "branco": ativismo político e cultural afro na Argentina. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 39, p. 153-181, 2009.

GOBIERNO Nacional. Normativa: Ley 26852. Boletín Nacional, 22 mai. 2013. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26852-214825>. Acesso em: 12 jan. 2024.

GÓMEZ, Patricia. Violencia policial. Detenciones arbitrarias. Afrodescendientes. Corte IDH. Caso Acosta Martínez y otros Vs. Argentina. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 31 de agosto de 2020. Serie C No. 410. *Revista Debates sobre Derechos Humanos*, n. 5, p. 171-182, 2021.

GÓMEZ, Patricia. Quilombo. Manzana de las Luces, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iHkQNoNJawQ>. Acesso em: 12 jan. 2024.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Org. Flávia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSSMAN, Rosa. Nena, llévate un saquito. *Alfonsina*, Buenos Aires, v. 2, dez. 1983.

GRUPO Latinoamericano de Formación y Acción Feminista. Historia. Disponível em: <http://glefas.org/nosotras/historia/>. Acesso em: 09 nov. 2022.

HEINER, B. T. Foucault and the Black Panthers. *City*, v. 11, n. 3, p. 313–356, dez. 2007.

HOYOS, Sandra. Las pobres ¿sujetas o sujetadas en la lucha por el derecho al aborto?. *LatFem*, 26 dez. 2020. Disponível em: <https://latfem.org/las-pobres-sujetas-o-sujetadas-en-la-lucha-por-el-derecho-al-aborto/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

HOYOS, Sandra; ALFARO, Wari. Identidades Marrones: Feminismos antirracistas desde nuestras voces. *LatFem*, 12 out. 2022. Disponível em: <https://latfem.org/identidades-marrones-feminismos-antirracistas-desde-nuestras-voces/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Identidad Marron. Marronas por el Aborto Legal. *Facebook*, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/identidadmarron/photos/a.2358104314501596/2654875934824431/?type=3>. Acesso em: 12 jan. 2024.

La Revuelta en Feministas Inconvenientes: “Nuestra manifiesta”. *La Revuelta*, 27 fev. 2007. Disponível em: <https://larevuelta.com.ar/2007/02/27/la-revuelta-en-feministas-inconvenientes-nuestra-manifiesta/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

LATFEM. Racismo en la política: ¿es posible imaginar una presidente indígena en Argentina?. 2021. Disponível em: <https://latfem.org/racismo-en-la-politica-es-posible-imaginar-una-presidente-indigena-en-argentina/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Um feminismo afro-latino-americano na Argentina?

LOBO, Dalma Emilce. *Hacer vivir, hacer morir: pliegues de un encierro que se extiende: relatos urgentes desde las cárceles Argentinas* recopilado entre mayo y junio de 2020. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Yo No Fui, 2020.

BARUYERA: una tromba lesbiana feminista. MANIFIESTO Feminista Lésbico Anti Capitalista. *Baruyera*, Buenos Aires, n. 5, out. 2008. Disponível em: http://americalee.cedinci.org/wp-content/uploads/2017/10/Baruyera_n5.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024. .

PAIXÃO, Fernanda. Argentina é condenada por racismo pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Brasil de Fato*, 06 nov. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/06/argentina-e-condenada-por-racismo-pela-corte-interamericana-de-direitos-humanos>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PERFIL demográfico y distribución espacial de afrodescendientes de y en Argentina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Dirección Nacional de Población, 2021.

REINOSO, Eva. Yo No Fui: 20 años de Revuelta. *Desinformémonos*, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://desinformemonos.org/20-anos-de-revuelta/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SANTANDER, Ana. Feminismo hoy: apuntes para una definición. *Alternativa Feminista*, maio 1985. Disponível em: <https://americalee.cedinci.org/portfolio-items/alternativa-feminista/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

V ENCUESTRO Feminista Latinoamericano y del Caribe. *Nuevos Aportes sobre el Aborto*, Buenos Aires, v. 5, 1991.

VISIONES del racismo en Argentina. Instituto de Investigaciones Gino Germani. 19 out. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qNeN_z7u3jo. Acesso em: 12 jan. 2024.

Yonofuiorg. En Ecuador, la Asamblea rechazó el aborto por violación. *Instagram*, 28 set. 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B294B4cAaLK/?igsh=aWtxZG1sMWw3eHg0>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Recebido em: 12/01/2024

Aprovado em: 05/02/2024